

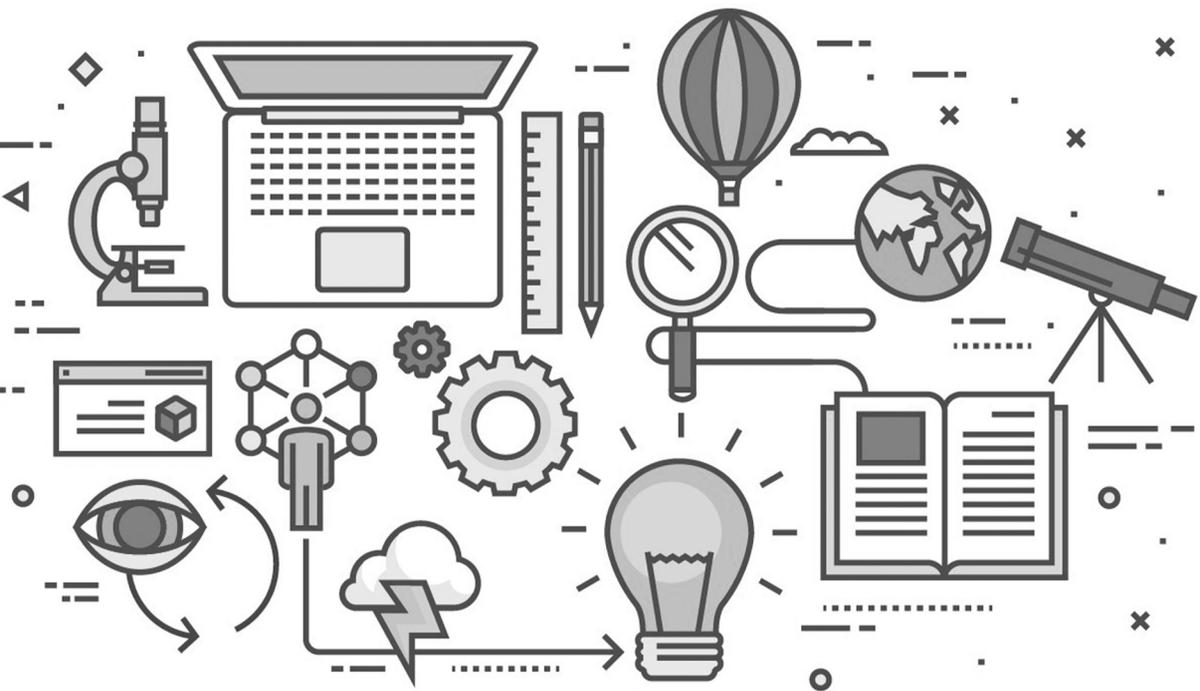


**Elói Martins Senhoras  
(Organizador)**

# Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

## 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



**Elói Martins Senhoras  
(Organizador)**

# Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da  
sociabilidade humana

2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P769 Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-724-6

DOI 10.22533/at.ed.246211601

1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Sociabilidade humana. 4. Diversidade. 5. Inclusão. 6. Gestão. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O presente livro, “Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana: Agendas Temáticas”, apresenta uma diversidade de leituras que valorizam a realidade empírica a partir de instigantes abordagens alicerçadas em distintos recortes teóricos e metodológicos, fundamentando-se em uma plural compreensão sobre o campo educacional *lato sensu*.

Estruturado em vinte e nove capítulos que mapeiam temáticas que exploram as fronteiras do conhecimento educacional, esta obra é fruto de um trabalho coletivo constituído pela reflexão de 53 pesquisadores oriundos nacionalmente das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, bem como internacionalmente do Chile, Espanha e Portugal.

As análises destes capítulos foram organizadas neste livro tomando como elemento de aglutinação cinco eixos temáticos, os quais são identificados, respectivamente, por abordagens empíricas sobre: a) política educacional, b) gestão escolar, c) educação, diversidade e inclusão, d) educação especial, e, e) educação de jovens e adultos.

Com base nestes eixos temáticos, a presente obra coaduna diferentes prismas do complexo caleidoscópio educacional, caracterizando-se por um olhar que estimula a pluralidade teórica e metodológica, ao apresentar distintos estudos que visam em sentidos contraditórios, tanto, delimitar a fronteira disciplinar, quanto, ampliar a dinâmica fronteira multidisciplinar.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico das Ciências da Educação em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

### AGENDAS TEMÁTICAS

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

ESCOLA SEM PARTIDO: INTENSIFICANDO A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DA CONSCIÊNCIA

Matheus Eduardo Rodrigues Martins

**DOI 10.22533/at.ed.2462116011**

#### **CAPÍTULO 2..... 16**

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A PEC 55: DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Welline Dayane Reis Ribeiro

Antonio Paulino de Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.2462116012**

#### **CAPÍTULO 3..... 24**

INCOERÊNCIAS DA BNCC

Eduardo Ribeiro Mueller

Attico Inácio Chassot

**DOI 10.22533/at.ed.2462116013**

#### **CAPÍTULO 4..... 40**

A EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA E SEU FINANCIAMENTO NO ARAGUAIA MATOGROSSENSE

Odorico Ferreira Cardoso Neto

**DOI 10.22533/at.ed.2462116014**

#### **CAPÍTULO 5..... 57**

A UTOPIA E A CONTRADIÇÃO DA FORMAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO: CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

Silvana Camargo de Castro

Eduani de Cássia Souza Teodoro

Thaís Oliveira Lima

**DOI 10.22533/at.ed.2462116015**

#### **CAPÍTULO 6..... 67**

APLICAÇÃO DO CURSO FIC EM AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DAVINOPOLIS, ARAGUATINS - TO

Cleudiane Chaves da Silva

Kelly Cristina Figueiredo Guimarães

Késia Chaves da Silva

Mônica Santos Lopes Almeida

Thiago de Loiola Araújo e Silva

Waléria da Silva Nascimento Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.2462116016**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
QUALIDADE EM EDUCAÇÃO E GESTÃO: QUE FATORES IMPLICAM?	
Bruna de Oliveira Santos	
Fernanda Ferreira dos Santos	
Rosângela da Silva Fernandes Maciel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2462116017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
RECONHECENDO AS MELHORES PRÁTICAS DA LIDERANÇA DISTRIBUÍDA EM EQUIPE DE GESTÃO ESCOLAR MADRID	
Ingrid del Valle García Carreño	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2462116018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
RELAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE SUPERVISORES E PROFESSORES NO COTIDIANO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES ADVINDAS DO ESTADO DA ARTE	
Luysienne Silva de Oliveira	
Maria Núbia Barbosa Bonfim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2462116019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>108</b>
AS RELAÇÕES DO PROFESSOR COM O ALUNO EM PESQUISAS BRASILEIRAS (2008-2012): UM ABISSAL DE VIOLÊNCIAS	
Adriele Gonçalves da Silva	
Marilda da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>122</b>
A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR SOB A DEMOCRACIA UTÓPICA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI	
Tulane Silva de Souza Pedrosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>136</b>
CIDADANIA: EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL	
Antonio Pedro Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>147</b>
CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS	
Dilson Henrique Ramos Evangelista	
Cristiane Johann Evangelista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2462116013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
A ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE E	

INCLUSÃO	
Sara Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.24621160114	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
PROJETO CLIQUE DA DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES	
Sônia Maria Dias	
Ivani Coelho Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.24621160115	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
LA INTERVENCIÓN DE MAUS TRATOS EM PESSOAS IDOSAS. PROMOÇÃO DO BOM TRATAMENTO AO IDOSO	
Rocío Cruz-Díaz	
DOI 10.22533/at.ed.24621160116	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>187</b>
INCIDENTES CRÍTICOS EN LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS DE FUTUROS PROFESORES. LA INCLUSIÓN EDUCATIVA: UN DESAFÍO	
Myriam Díaz Yáñez	
Jorge Alarcón Leiva	
DOI 10.22533/at.ed.24621160117	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE REAÇÕES QUÍMICAS	
Leticia Maria Leda	
DOI 10.22533/at.ed.24621160118	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>216</b>
A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NUMA ESCOLA PROFISSIONAL: PERSPETIVA DOS PROFESSORES	
Patrícia Joana Calixto	
José Brites Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.24621160119	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>228</b>
ANÁLISE SOBRE OS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
Cristiane Carminati Maricato	
DOI 10.22533/at.ed.24621160120	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>230</b>
AS PERCEPÇÕES DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS SOBRE OS ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A SUA PRÁTICA PROFISSIONAL NO ENSINO BÁSICO	
Camila Gasparin	
Lísia Regina Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.24621160121	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>237</b>
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM PERSPECTIVA ENTRE AMBIENTES DE ENSINO: O BILINGUISTO NAS SALAS DE RECURSO E EM SALAS DE INCLUSÃO	
Éverton Bernardes Wenceslau Pâmela Cristina Pereira Gonzaga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>246</b>
FAMÍLIA: PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DE VIDA PRÁTICA PARA ADOLESCENTE SURDOCEGA	
Rita de Cássia Silveira Cambuzzi Maria da Piedade Resende da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>255</b>
O PROCESSO DE AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL E ORIENTAÇÃO EM INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	
Jéssica Araújo Carvalho Jassonia Lima Vasconcelos Paccini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>265</b>
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO VISUAL PARA O ENSINO DA CLASSE GRAMATICAL ARTIGO PARA ALUNOS SURDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL 2	
Telma Cedraz dos Santos Gláucio de Castro Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>279</b>
REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO IFSP DE CUBATÃO	
Gisele da Silva Pereira Wanda Silva Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160126</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>286</b>
TRABALHO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM COMBATE A EVASÃO	
Silvana Azevedo Bastos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160127</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>295</b>
TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: ÊNFASE NAS APRENDIZAGENS PELOS EDUCANDOS	
Helena Silva de Oliveira Maria Betanea Platzer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.24621160128</b>	

<b>CAPÍTULO 29.....</b>	<b>307</b>
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO LAZER JUNTO A GRUPOS MARGINALIZADOS E DESQUALIFICADOS SOCIALMENTE	
Matheus Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.24621160129	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>315</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>316</b>

# CAPÍTULO 4

## A EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA E SEU FINANCIAMENTO NO ARAGUAIA MATOGROSSENSE

*Data de aceite: 04/01/2021*

**Odorico Ferreira Cardoso Neto**

Universidade Federal de Mato Grosso  
Campus Universitário do Araguaia  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Barra do Garças-MT  
<http://lattes.cnpq.br/6965195631094693>

**RESUMO:** O artigo apresentado é fruto do esforço de pesquisa, cuja temática é A EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA E SEU FINANCIAMENTO NO ARAGUAIA MATOGROSSENSE ligada à necessidade de compreender o porquê o financiamento da educação é tão complexo, o porquê a ideia de prioridade tem a ver mais com discurso do que ação efetiva e concreta, o porquê de boa parte das políticas públicas para a educação sofrerem processos de descontinuidade. O desenvolvimento da pesquisa tem um olhar pautado para uma abordagem histórica, alicerçada em diversas fontes que discutem a temática da educação básica pública no Brasil, tem como base a legislação educacional, especificamente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o recurso proveniente da contribuição social do Salário-Educação, o estudo da meta 20 do Plano Nacional de Educação, as metas dos planos estaduais e municipais de educação que tratam do financiamento. A pesquisa tem como ponto de

partida e de chegada a discussão sobre como o dinheiro para/da educação em todos os níveis pode chegar à escola de forma que se possa gastar com qualidade, com planejamento, com o foco, baseado em estratégias referenciadas pela ação efetiva dos governos, das instituições que representam a educação e da sociedade civil. O objetivo geral é analisar/avaliar as políticas públicas de financiamento da educação básica no Estado de Mato Grosso, sem perder de vista as questões macro que envolvem as variantes do financiamento público. O referencial investigativo se baseia numa visão histórico-dialética, que pressupõe a realidade como dinâmica, enfatizando sua historicidade, seu movimento permanente e contraditório, expressando o jogo de forças, lutas e disputas políticas, com vistas à construção de um olhar crítico como contraponto ao discurso único. Os resultados esperados têm a ver com a decisão de que a pesquisa possa gerar um Banco de Dados sobre financiamento e Democracia, livros de autoria coletiva, artigos em revistas científicas da área de ciências humanas e sociais e participação em eventos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Educação, Financiamento.

### BASIC PUBLIC EDUCATION AND ITS FINANCING IN ARAGUAIA MATOGROSSENSE

**ABSTRACT:** The article presented is the result of a research effort, whose theme is BASIC PUBLIC EDUCATION AND ITS FINANCING IN ARAGUAIA MATOGROSSENSE linked to the need to understand why education funding is so complex, why the idea of priority has to do more

with speech than effective and concrete action, why most public policies for education suffer discontinuity processes. The development of research has a guided approach to a historical approach, based on several sources that discuss the theme of public basic education in Brazil, based on educational legislation, specifically, the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and the Valorization of Education Professionals (FUNDEB), the resource from the social contribution of Education Salary, the study of goal 20 of the National Education Plan, the goals of state and municipal education plans dealing with financing. The research has as a starting and ending point the discussion on how money for / from education at all levels can reach school so that it can be spent on quality, with planning, with a focus, based on strategies referenced by action governments, institutions representing education and civil society. The general objective is to analyze / evaluate public financing policies for basic education in the State of Mato Grosso, without losing sight of the macro issues that involve public financing variants. The investigative framework is based on a historical-dialectical view, which assumes reality as dynamic, emphasizing its historicity, its permanent and contradictory movement, expressing the game of forces, struggles and political disputes, with a view to building a critical look as a counterpoint to unique speech. The expected results have to do with the decision that the research can generate a Database on financing and Democracy, books of collective authorship, articles in scientific journals in human and social sciences and participation in events.

**KEYWORDS:** Public Policies, Education, Financing.

## 1 | MOTIVAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O artigo apresentado é fruto do esforço de pesquisa, cuja temática é A EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA E SEU FINANCIAMENTO NO ARAGUAIA MATOGROSSENSE ligada à necessidade de compreender o porquê o financiamento da educação é tão complexo, o porquê a ideia de prioridade tem a ver mais com discurso do que ação efetiva e concreta, o porquê de boa parte das políticas públicas para a educação sofrerem processos de descontinuidade, tendo em vista serem aplicadas mais como políticas de governo ao invés de se produzirem como políticas de Estado, o porquê e como os organismos internacionais impõem aos países em desenvolvimento políticas educacionais que muitas vezes mutilam iniciativas próprias.

O desenvolvimento da pesquisa tem um olhar pautado para uma abordagem histórica, alicerçada em diversas fontes que discutem a temática da educação básica pública no Brasil, se estrutura nos diversos períodos históricos e no seu desencadeamento. Tem como base a legislação educacional, em que se prioriza a compreensão dos recursos orçamentários, especificamente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o recurso proveniente da contribuição social do Salário-Educação, o estudo da meta 20 do Plano Nacional de Educação, as metas dos planos estaduais e municipais de educação que tratam do financiamento, a legislação que trata dos royalties do petróleo (Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, entre outras).

Ato contínuo, a pesquisa se destina à compreensão de como se arquiteta a interferência das políticas no financiamento da/na educação em virtude da intervenção da Agência Financeira Multilateral, representada pelo Banco Mundial. O Brasil está associado ao Banco Mundial desde 1946. A atuação do Banco alia condicionalidades de assessoria na determinação de políticas e assistência técnica ao financiamento por empréstimos. O *modus operandi* se constitui na disponibilização de informações relativas à realidade do país, facilitando a negociação do Banco em termos de atender aos interesses e autorização dos financiamentos dos respectivos projetos. SHIROMA et al., 2011, p. 72 afirmara:

O Banco Mundial, por sua vez, tem se constituído em auxiliar da política externa americana, através de financiamentos de projetos, tornando-se o maior captador de recursos do mundo. Propõe como política educacional a reforma do financiamento e da administração da educação, redefinindo a função do governo ao atendimento às minorias; estreitamento do setor privado na educação profissional; maior articulação como setor privado; autonomia das instituições e maior eficiência no gasto social como medida de contenção da pobreza. Novamente a educação é responsabilizada pelo crescimento econômico e na formação de trabalhadores adaptáveis, flexíveis, que saibam aprender sem dificuldades.

Já o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) fundado em 1944 atua na criação, decisão e implantação de estratégias e políticas sociais e econômicas nos países em desenvolvimento, sustentando os interesses capitalistas pelas regras do livre mercado, garantindo e potencializando o acúmulo de capital.

Por isso, Banco Mundial e BIRD se esforçam em interferir na elaboração e implementação de políticas sociais, incluindo a educação. Em relação à educação, a interferência se dá como pretexto de aliviar a pobreza, implicando no crescimento econômico pelo subterfúgio de qualificar o capital humano para a concorrência, ampliando a competitividade e a evolução econômica, elevando a inserção dos pobres, mas excluindo por sua vez aqueles que demonstram ausência de competências e habilidades. Esta dinâmica insere-se no sistema educacional por meio dos requisitos determinados pela proficiência nas avaliações, por exemplo, da Prova Brasil, do ENEM, do ENADE, enfim, em todos os procedimentos avaliativos disponíveis na estrutura organizacional brasileira. Os organismos internacionais legaram ao Brasil e a América Latina, segundo Andrioli, 2002 a seguinte situação estrutural:

1 - Menos recursos, por dois motivos principais: a) diminuição da arrecadação (através de isenções, incentivos, sonegação...); b) não aplicação dos recursos e descumprimento de leis;

2 - Prioridade no Ensino Fundamental, como responsabilidade dos Estados e Municípios (a Educação Infantil é delegada aos municípios);

3 - O rápido e barato é apresentado como critério de eficiência;

- 4 - Formação menos abrangente e mais profissionalizante;
- 5- A maior marca da subordinação profissionalizante é a reforma do ensino médio e profissionalizante;
- 6- Privatização do ensino;
- 7- Municipalização e “escolarização” do ensino, com o Estado repassando adiante sua responsabilidade (os custos são repassados às prefeituras e às próprias escolas);
- 8- Aceleração da aprovação para desocupar vagas, tendo o agravante da menor qualidade;
- 9- Aumento de matrículas, como jogo de marketing (são feitas apenas mais inscrições, pois não há estrutura efetiva para novas vagas);
- 10- A sociedade civil deve adotar os “órfãos” do Estado (por exemplo, o programa “Amigos da Escola”). Se as pessoas não tiverem acesso à escola a culpa é colocada na sociedade que “não se organizou”, isentando, assim, o governo de sua responsabilidade com a educação;
- 11- O Ensino Médio dividido entre educação regular e profissionalizante, com a tendência de priorizar este último: “mais ‘mão-de-obra’ e menos consciência crítica”;
- 12- A autonomia é apenas administrativa. As avaliações, livros didáticos, currículos, programas, conteúdos, cursos de formação, critérios de “controle” e fiscalização, continuam dirigidos e centralizados. Mas, no que se refere à parte financeira (como infraestrutura, merenda, transporte), passa a ser descentralizada;
- 13- Produtividade e eficiência empresarial (máximo resultado com o menor custo): não interessa o conhecimento crítico;
- 14- Nova linguagem, com a utilização de termos neoliberais na educação;
- 15 - Modismo da qualidade total (no estilo das empresas privadas) na escola pública, a partir de 1980;
- 16- Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) são ambíguos (possuem 2 visões contraditórias), pois se, por um lado, aparece uma preocupação com as questões sociais, com a presença dos temas transversais como proposta pedagógica e a participação de intelectuais progressistas, por outro, há todo um caráter de adequação ao sistema de qualidade total e a retirada do Estado. É importante recordar que os PCNs surgiram já no início do 1º.

mandato de FHC, quando foi reunido um grupo de intelectuais da Espanha, Chile, Argentina, Bolívia e outros países que já tinham realizado suas reformas neoliberais, para iniciar esse processo no Brasil. A parte considerada progressista não funciona, já que a proposta não vem acompanhada de políticas que assegurem sua efetiva implantação, ficando na dependência das instâncias da sociedade civil e dos próprios professores.

17- Mudança do termo “igualdade social” para “equidade social”, ou seja, não há mais a preocupação com a igualdade como direito de todos, mas somente a “amenização” da desigualdade;

18 - Privatização das Universidades;

19 – Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determinando as competências da federação, transferindo responsabilidades aos Estados e Municípios;

20 - Parcerias com a sociedade civil (empresas privadas e organizações sociais).

A pesquisa tem como ponto de partida e de chegada a discussão sobre como o dinheiro para/da educação em todos os níveis pode chegar à escola de forma que se possa gastar com qualidade, com planejamento, com o foco, baseado em estratégias referenciadas pela ação efetiva dos governos, das instituições que representam a educação, da sociedade civil em geral. Compreende-se a necessidade de se analisar os impasses, as perspectivas político pedagógicas do financiamento da educação, suas consequências, os diálogos que precisam ser patrocinados, a inserção dos recursos em um universo de desejos, perspectivas, interesses.

O desenvolvimento do projeto envolve a prospecção de políticas ligadas ao financiamento da educação pública no Brasil a partir de um viés que indica interpretar o movimento histórico e optar pela democratização, propor um projeto educativo para a Nação, Estado e Município, explicitar uma crítica ao modelo seletivo de educação e de financiamento.

Na realidade, esse fenômeno de desigualdade de financiamento não é exclusivo das políticas públicas de educação. Na saúde acontece coisa semelhante, porque ele é fruto das absurdas desigualdades sociais e econômicas. As classes alta e média têm como pagar serviços médicos privados; para a maioria das classes populares sobram os equipamento e serviços públicos, teoricamente gratuitos (mas antecipadamente pagos via tributos), mas quase sempre inacessíveis ou de pouca qualidade. O mais grave é a difusão e aceitação da ideia da meritocracia, inculcada por séculos de elitismo e seletividade na educação escolar e pela convivência de culturas sincréticas, que parece legitimarem as diferenças. Desnecessário dizer que essas desigualdades cresceram e foram confirmadas

por sistemas e agremiações políticas desde nossa pseudo-proclamação da independência.

O debate que vem sendo feito se inscreve na dimensão do financiamento da educação feito memória viva de seu tempo como construção histórica, cultural, social, ação emancipatória, autônoma, solidária e democrática. A educação e a escola dialogando e constituindo ação política, avançando na direção do financiamento que forma profissionais inicial e continuamente engajados na práxis e nas reflexões teóricas desenvolvidas cotidianamente, avaliando e revisando os impactos do e/ou no fazer-pedagógico.

Os estudos investigados evidenciam a importância das políticas públicas presente na fiscalização e distribuição dos recursos voltados para a educação pública no país, tendo em vista que a articulação política tem demonstrado pouco desempenho junto à classe trabalhadora, segregando e relegando padrões e recursos mínimos à educação pública básica. Ainda, aproveitando-se dos ensinamentos do professor João Monlevade (2015), nos juntamos a ele para vaticinar:

Os pontos críticos na gestão das receitas e no ordenamento das despesas em educação são denunciados desde o Manifesto dos Pioneiros, mas as medidas práticas, a maioria delas já enquadrada pela Lei - como a do repasse de dez em dez dias dos impostos da conta de arrecadação para os órgãos responsáveis pelos investimentos em educação (MEC, Secretarias e Conselhos Estaduais e Municipais) - não se efetivam, nem mesmo nos estados, nos municípios e no governo federal administrado pelo PT.

Nesse cipoal, mesmo com avanços legais que nos levariam a crer que a estrutura de financiamento da educação facilitaria a conquista da qualidade para a educação pública de todos os brasileiros – impostos vinculados, Fundeb, como exemplos mais marcantes – a análise da evolução das receitas e despesas nos faz crer que elas se comportam de forma a defender a qualidade da educação das classes alta e média e de perpetuar a mediocridade do ensino público oferecido às classes populares. (MONLEVADE, 2015, p. 7)

Assim posto, quais são as constatações e/ou problemas que nos afligem? As políticas públicas educacionais sofrem influências dos organismos internacionais? Como o estado de Mato Grosso no Araguaia tem construído as políticas públicas de financiamento para a educação básica?

## **2 | OLHANDO PARA O ARAGUAIA NO ESTADO DE MATO GROSSO**

O estado de Mato Grosso se constitui como um dos 27 estados da unidade federativa do Brasil. Possui uma área de 903.357,908 km<sup>2</sup> de extensão e é o terceiro maior estado do país, ficando atrás somente do Amazonas e do Pará. O Estado é formado por cento e quarenta e um municípios distribuídos em todo seu território e possui uma população formada por diferentes nacionalidades. Dentre elas destacam-se as etnias indígenas, os negros, os espanhóis, os portugueses, entre outros que começaram a se miscigenar ainda nos primeiros anos do período colonial. É essa miscigenação que forma a população do



Todos esses municípios contam com uma rede pública e privada de educação, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a região tem aproximadamente 250 mil habitantes. Nesse universo de municípios que possuem mais quilômetros quadrados, se comparados a alguns países europeus, que praticam uma pecuária extensiva em larga escala e em produtos primários localiza-se uma das regiões mais pobres do estado de Mato Grosso. Exemplo disso são os municípios de Campinópolis com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,538 e Nova Nazaré com 0,595. Esses índices estão entre os menores do estado e do país.

Posição	Município	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
8	<b>Barra do Garças</b>	0.748	0.738	0.817	0.693
15	<b>Pontal do Araguaia</b>	0.734	0.691	0.816	0.702
17	<b>Água Boa</b>	0.729	0.723	0.829	0.646
26	<b>Torixoréu</b>	0.716	0.684	0.806	0.666
39	<b>Nova Xavantina</b>	0.704	0.713	0.800	0.613
48	<b>Araguainha</b>	0.701	0.650	0.844	0.627
57	<b>Canarana</b>	0.693	0.735	0.825	0.549
58	<b>Querência</b>	0.692	0.701	0.837	0.565
60	<b>Ribeirãozinho</b>	0.692	0.694	0.802	0.595
70	<b>Araguaiana</b>	0.687	0.671	0.817	0.591
71	<b>Ponte Branca</b>	0.686	0.684	0.806	0.585
91	<b>General Carneiro</b>	0.670	0.645	0.820	0.569
92	<b>Ribeirão Cascalheira</b>	0.670	0.668	0.831	0.542
110	<b>Cocalinho</b>	0.660	0.674	0.807	0.528
124	<b>Novo São Joaquim</b>	0.649	0.658	0.819	0.507
140	<b>Nova Nazaré</b>	0.595	0.621	0.793	0.427
141	<b>Campinópolis</b>	0.538	0.597	0.803	0.324

#### IDH DOS MUNICÍPIOS DO LESTE MATOGROSSENSE

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_de\\_Mato\\_Grosso\\_por\\_IDH-M](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Mato_Grosso_por_IDH-M)

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, os municípios que compõem a região apresentam índices que variam entre 2,9 a 5,8. Vale ressaltar que apenas um Município – Ribeirãozinho, que tem uma população de 2.306 habitantes, apresentou um rendimento de 7,1 no IDEB. Segundo o IBGE (2015):

Os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 7.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.1. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 2 de 141. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 5 de 141. A taxa de escolarização (para pessoas

de 6 a 14 anos) foi de 95.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 100 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 4637 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Nesse sentido, são evidentes as situações de desigualdades educacionais a oferecer um esforço para se pensar em nível de políticas públicas como financiar um trabalho de superação de obstáculos envolvendo demandas ligadas à formação continuada, com embasamento científico e produção de pesquisas. Não se pode perder o horizonte de que a educação é área estratégica nas políticas educacionais dos Municípios, Estados e País e que o contexto de carência e de dificuldades exige a necessidade de investir na formação continuada de profissionais da educação no sentido de que sejam capazes de lidar com a diversidade cultural e a inclusão social.

Como ação estratégica, se faz necessária a compreensão da complexidade do fenômeno e das práticas educativas em vista da busca de alternativas que possam intervir nas questões relacionadas não apenas ao ensino formal (escolar), mas também às iniciativas informais de formação humana.

### **3 I A REALIDADE, O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E O VALE DO ARAGUAIA**

O ponto central da análise desenvolvida é a meta financeira dos municípios para a educação pertencentes à região leste de Mato Grosso, tendo como parâmetro os Planos Municipais de Educação (PMEs). Como não é possível no espaço que nos servimos de analisar todos os municípios, fizemos a escolha por Barra do Garças – cidade polo do Araguaia, as cidades de Campinápolis e Nova Nazaré com menores IDHs de Mato Grosso e a cidade de Ribeirãozinho, que apresentou um rendimento de 7,1 no IDEB.

Barra do Garças discute as questões do financiamento da educação na meta 10 do PME, apontando para o seguinte cenário:

<b>METAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
I - Ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 8% (oito por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 3º (terceiro) ano de vigência deste PME e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB no 6º (sexto) ano de vigência deste PME.	- Ampliar os percentuais do PIB para a Educação Municipal, bem como a vinculação do financiamento a um padrão nacional de qualidade, o acompanhamento e o controle social da gestão e uso dos recursos.

<p>II - Otimização em 100% dos recursos, de forma transparente, destinados à educação e adoção de práticas de combate ao desperdício.</p>	<p>- A Secretaria Municipal de Educação deverá compor, até o primeiro ano de vigência do PME, Comissão Especial, com participação dos conselhos ligados à educação, destinada a propor estratégias e ações de combate ao desperdício de energia elétrica, água, telefone, internet, materiais de escritório, limpeza, transporte, gêneros alimentícios e acompanhamento na construção e manutenção do patrimônio público.</p> <p>- Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar, mediante transferência direta e progressiva de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.</p>
<p>Meta III - Garantir em 100% a transparência da aplicação dos recursos financeiros</p>	<p>- Democratizar e facilitar o acesso às prestações de contas (receitas e despesas) com educação, possibilitando melhor compreensão das informações.</p> <p>- Fortalecer o exercício fiscalizador dos Conselhos e/ou Associações, oferecendo formação específica a seus membros.</p> <p>- Mobilizar e fortalecer a atribuição consultiva, deliberativa e fiscalizadora das Associações e Conselhos de acompanhamento e de controle social.</p>
<p>Meta IV - Promover a autonomia financeira das escolas municipais, mediante repasse de recursos em 60%, no 3º (terceiro) ano de vigência do PME, e 100%, no 6º (sexto) ano de sua vigência</p>	<p>- Fortalecer a gestão democrática, descentralizando a distribuição dos recursos financeiros necessários ao funcionamento cotidiano das escolas.</p> <p>- Criar mecanismos de participação dos Conselhos Escolares, da Rede Municipal, no controle dos recursos financeiros repassados aos estabelecimentos.</p>
<p>Meta V - Garantir em 100% a elaboração de projetos para captação de recursos para a educação no Município.</p>	<p>- Propor e articular parcerias junto a órgãos financiadores (Estado e União), na busca de recursos para a melhoria da Educação e aperfeiçoamento dos profissionais.</p>

#### METAS E ESTRATÉGIAS 2014 – 2024

Fonte: file:///D:/Downloads/Lei\_PME\_Barra\_do\_Gar%C3%A7as-MT.pdf

Na prática, pouco coisa aconteceu de 2014 até os dias de hoje, os gestores nem sabem que produziram um plano municipal de educação – é como se não existisse, não faz parte das discussões pedagógicas. As metas e estratégias não estão na mesa de discussão, não perpassam pelo planejamento educacional em virtude do Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Campinópolis com 0,538 e Nova Nazaré com 0,595 são os municípios de Mato Grosso com os menores IDHs. Ao analisar tal situação, resta claro que a desigualdade impera no processo de distribuição de renda em Mato Grosso, pois que o estado tem alguns municípios entre os que registram os melhores de IDHs do Brasil, leia-se Cuiabá (92º no Brasil; 1º em Mato Grosso), Lucas do Rio Verde (0.768 – 2º lugar), seguido por Nova Mutum e Rondonópolis, respectivamente.

Um problema grave ao analisar os dados, é observar que os PMEs de Campinópolis e de Nova Nazaré não tocam no assunto de que ocupam as piores colocações no ranking do IDH em Mato Grosso. O que subscrevem os planos dos municípios em análise?

<b>Invest. Receitas/Ano em exerc.</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Investimentos com educação</b>	8.798.606,51	9.457.117,49	17.355.086,56	11.060.670,21	13.604.202,54
<b>Recursos disponibilizados</b>	6.288.148,20	7.016.520,25	7.718.918,70	9.183.449,70	11.111.343,60

**META XII: GARANTIR A APLICABILIDADE TOTAL DOS RECURSOS FINANCEIROS  
PREVISTOS EM LEI, DESTINADOS À EDUCAÇÃO**

Fonte: TCE – MT e IPEADATA - Prefeitura Municipal de Campinópolis-MT (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Receita da Lei 4.320/64).

O quadro apresentado aponta para um problema que é um reclame das municipalidades em relação ao pacto federativo brasileiro em vista de que com o advento da Constituição Federal de 1988 os municípios assumiram responsabilidades desproporcionais em relação a sua capacidade financeira. Os dados apontam que os investimentos foram maiores do que o total dos recursos disponibilizados – a situação soa como um verdadeiro mantra para todas as associações de prefeitos e ação institucional dos governadores. De maneira geral, os gestores municipais e estaduais são contra a lei do piso, contra a carreira formada por professores, técnicos e apoio administrativo, contra o pagamento das horas-atividade, enfim, existe um rosário de lamentações a colocar em cheque o conceito de que educação é investimento e que não pode ser tratada como despesa.

Os planos municipais de educação deveriam ter passado por discussões por meio das conferências escolares, envolvendo a comunidade como um todo (pais, alunos, professores, técnicos, apoio administrativo), deveriam ser construídos por meio de um texto-base até chegar à conferência municipal. Contudo, a participação popular acaba por ser burlada quando os gestores não se dispõem a fazer um trabalho de formiguinha, boca a boca. O que acontece, então? Contrata-se uma assessoria que por um bom dinheiro faz o trabalho como se fosse um “contrato de gaveta”, a participação popular deixa de ser a essência do processo democrático para ser tornar um acessório. Tal situação gera profundo descompromisso, pois é como se fosse uma entidade mandando mensagem para que se faça sem que haja comprometimento, partilha, engajamento, pertencimento e responsabilidades comuns.

Ao ler as metas 12 e 14 dos planos municipais de Campinópolis e Nova Nazaré relativas ao financiamento é como se o paraíso houvesse mudado de lugar, como se tudo estivesse dado, mas da mesma forma que apontava para a situação de Barra do Garças, pode-se assinalar para os municípios em análise no sentido de dizer do descompasso entre a realidade e o que escreveram em relação ao financiamento da educação.

<b>DIRETRIZES</b>	<b>OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS:</b>
A determinação de políticas que priorizam as necessidades básicas da educação, em detrimento as deliberações impositivas verticalizadas e incoerente com o planejamento e execução de despesas alheia ao disposto neste PME;	12.10 – Garantir a contrapartida, pelo Poder Público Municipal, ao índice transferência do Governo Federal para compra da merenda escolar a fim de corrigir a defasagem do poder de compra dos alimentos que fazem parte do cardápio.
Ao estabelecimento de políticas e ações, a ser contempladas, nos instrumentos de planejamento do Município (Planejamento Estratégico, PPA; LDO; LOA), com a participação da sociedade civil para cumprimento das metas e dos objetivos e estratégias instituídas neste PME;	12.1 – Garantir, imediatamente a aplicabilidade integral dos recursos destinados à educação, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido em Lei (art. 112 Cf. 88). Podendo chegar até 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos financeiros;
Aquisição e manutenção de equipamentos (projeter de multimídias, laboratórios, de informática, de ciências, impressoras, computadores, mobiliários, etc.) visando a melhoria e a qualidade da rede física das escolas da educação básica pública no Município;	12.6 – Adquirir e garantir a manutenção de equipamentos (projeter de multimídias, laboratórios, de informática, de ciências, impressoras, computadores, mobiliários, etc.) visando a melhoria e a qualidade da rede física das escolas da educação básica pública no Município;
Construção e reestruturação das escolas da educação básica na rede pública municipal;	12.4 – Determinar políticas que priorizam as necessidades básicas da educação, em detrimento as deliberações impositivas, verticalizadas e incoerentes com o planejamento e execução de despesas alheia ao disposto neste PME; 12.7 – Construir escolas da educação básica e garantir a manutenção da rede pública municipal de ensino;
Valorização dos profissionais da Educação, por meio de piso salarial justo, formação e qualificação profissional;	12.2 – Ajustar o piso salarial profissional municipal pautado na Lei Federal nº11.738, de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência e para elaboração do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, 12.3 – Garantir o reajuste anual dos vencimentos dos Profissionais da Educação de acordo como Plano de Carreira e Remuneração da respectiva categoria; 12.5 – Estabelecer políticas e ações, a serem contempladas nos instrumentos de planejamento do Município (Planejamento Estratégico, PPA; LDO; LOA), com a participação da sociedade civil para cumprimento das metas e dos objetivos e estratégias instituídas neste PME; 12.8 – Garantir valorização dos profissionais da Educação, por meio de piso salarial justo, formação e qualificação profissional;
Manutenção e disponibilização de transporte escolar obedecendo padrões de legislações de trânsito para estudantes e professores da educação básica que comprovadamente necessitem deste atendimento.	12.9 – Garantir a manutenção e a disponibilização de transporte escolar obedecendo padrões de legislações de trânsito para estudantes e professores da educação básica que comprovadamente necessitem de atendimento;

#### PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINÁPOLIS E SUAS DIRETRIZES

Fonte: file:///D:/Downloads/Lei\_PME\_Camapin%C3%A1polis-MT%20(1).pdf

<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implementar e implantar políticas de expansão na oferta de Ensino Fundamental e educação Infantil, visando o atendimento das metas estabelecidas neste plano.</li> <li>2. Desenvolver programas de Políticas Públicas Educacionais, vinculadas aos objetivos e perspectivas do governo municipal e da população, numa cadeia lógica e científica.</li> <li>3. Fortalecer em conjunto com o estado as diretrizes que nortearão o regime de colaboração para uma gestão pública com eficiência durante o 1º ano de vigência deste plano.</li> <li>4. Assegurar o cumprimento dos artigos 70 e 71 da LDB que estabelecem os gastos admitidos com manutenção e desenvolvimento do ensino e os que estão excluídos dessa rubrica.</li> <li>5. Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas públicas municipais e fomentar o repasse de recursos oriundos de programas vinculados para cumprimento da manutenção e proposta pedagógica da escola.</li> <li>6. Assegurar, através de convênios com as instituições superiores e o Estado, o processo de formação dos profissionais da educação.</li> <li>7. Implementar políticas de formação continuada a todos os profissionais e servidores da educação.</li> <li>8. Garantir, a partir do 1º ano de vigência deste plano, em regime de cooperação estado-município, a adequação do programa de transporte escolar, estabelecendo critérios definidos em lei específica.</li> <li>9. Ampliar, mediante esforço em regime de colaboração entre União, Estado e Município, programas para a educação de Jovens e Adultos.</li> <li>10. Estabelecer a partir do 2º ano de vigência deste plano, um Programa de Avaliação Institucional dos Estabelecimentos do Ensino Fundamental e Educação Infantil do sistema de ensino.</li> <li>11. Definir indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitam a avaliação contínua dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação.</li> <li>12. Promover o equilíbrio entre os alunos do sistema de ensino e das escolas pertencentes a um mesmo sistema de ensino.</li> <li>13. Promover autonomia financeira das escolas mediante repasse de recursos vinculados, diretamente aos estabelecimentos públicos de ensino, a partir de critérios e objetivos.</li> <li>14. Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática.</li> <li>15. Garantir, a partir da aprovação deste plano, a realização da Conferência Municipal de Educação bianualmente, e extraordinariamente, conforme convocação do fórum, para análise do PME, para posterior apreciação e deliberação final da Câmara de Vereadores do Município.</li> <li>16. Garantir, após a vigência deste plano, a realização anualmente de reunião do Fórum Municipal de Educação, para análise e avaliação dos objetivos e metas propostas neste plano.</li> <li>17. Elaborar e executar o Plano Municipal de Educação, em consonância com o PNE.</li> <li>18. Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes a o financiamento e gestão.</li> <li>19. Assegurar aos profissionais da educação que prestam serviço na secretaria de educação, diretores (as), coordenadores (as), assessores (as) e secretários (as) escolares, como mediadores da política de gestão escolar, as condições adequadas e necessárias à atualização profissional.</li> <li>20. Garantir a transparência na aplicação da totalidade dos recursos da educação;</li> <li>21. Garantir com transparência o regime de colaboração entre a União, o Estado e o município, de acordo com a capacidade financeira de cada ente federado, impedindo sacrifícios financeiros do último ente federado.</li> </ol>
--------------------------	---

#### META 14 - GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM NOVA NAZARÉ

Fonte: file:///D:/Downloads/Lei\_PME\_Nova\_Nazar%C3%A9\_MT.pdf

Professor João Monlevade (2018) sustenta que os gestores municipais para superar a crise de recursos em relação à educação deveriam compreender que:

(...) o ICMS é responsável por cerca de 60% dos recursos de impostos vinculados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) – 25%, no mínimo, nas finanças estaduais e municipais.

O próprio nome do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, entre os quais se incluem desde artigos do comércio até combustíveis, água, energia e gastos com comunicação, indica a ampla abrangência de sua arrecadação.

Seu defeito principal era o de reproduzir desigualdades de receita entre regiões mais ou menos desenvolvidas: isso ficou quase resolvido com o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que introduziu dois mecanismos de equidade: a distribuição de 80% dos impostos vinculados à MDE pelo critério das matrículas e a complementação da União para os Estados onde a média de recursos não atinge um valor mínimo nacional por aluno”.

#### **4 I CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS PARCIAIS**

Com o golpe perpetrado em 2016, os Planos Nacional, Estaduais e Municipais estão fadados a virarem mais uma peça legal de boas intenções em vista de que das 20 metas do PNE, 8 já deixaram de ser cumpridas; a LDO para 2018 não garantiu o cumprimento das metas financeiras, houve desmonte no Conselho Nacional de Educação, a Conferência Nacional de Educação de avaliação do plano tem duas versões – a que está sendo organizada pelo governo federal e a que está sendo organizada pela sociedade civil. O Fórum Nacional de Educação foi desfigurado pelo atual governo, gerando evidentemente descontinuidades em nível estadual e municipal.

O que temos com a crise nacional é a diminuição de arrecadação com ampliação das isenções, incentivos, sonegação. Em Mato Grosso, segundo a Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM, 2016)

A anistia de impostos para o empresariado, em destaque, o agronegócio, vai na contramão das condições econômicas pelas quais vêm passando o estado de Mato Grosso. Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, a projeção é de R\$ 2,4 bilhões em renúncia fiscal. O aumento é de 130% se comparado ao ano anterior.

Existe, em nome da crise, um exercício motivacional das municipalidades em não aplicar os recursos em descumprimento às leis estabelecidas, os municípios se sentem sufocados pelo aumento das responsabilidades e se dizem em dificuldades para fazer as normativas que regulam a educação infantil valerem na prática. As reclamações são ancoradas do ponto de vista legal nos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando as competências da federação, transferindo responsabilidades aos Estados e Municípios.

Existe um “cheiro de enxofre no ar” apontando para algumas direções que contrariam completamente o que o PNE, os PEEs e os PMEIs indicaram, respectivamente, em 2014 e 2015, por exemplo, a formação menos abrangente e mais profissionalizante, a reforma do ensino feita por Medida Provisória, a disposição de ampliar a privatização do ensino, especialmente, do ensino superior; os constantes acenos a favor da municipalização e escolarização do ensino, com o Estado repassando adiante sua responsabilidade (os custos são repassados às prefeituras e às próprias escolas).

Nos anos de 2015 a 2018, em Mato Grosso, o chamado do “governo da transformação” mostrou-se cercado de incompetência ou má fé por todos os lados, quando operações da Polícia Federal apontaram fraudes em licitações. Os promotores concluíram que empreiteiras se revezavam na disputa por licitações e pagavam propina entre 3% e 5%, desviando 56 milhões em 23 obras. Isso aconteceu já nos primeiros 6 meses do atual governo.

Os desafios para o cumprimento do direito constitucional à educação de qualidade social, tanto no plano nacional como subnacional estão sendo fortemente atacados. Os desmontes advindos do golpe concretizado pelo afastamento da Presidente Dilma, aliado às políticas de caráter liberal do PSDB em Mato Grosso, claramente demonstram princípios comuns.

A Emenda Constitucional estadual recentemente aprovada no bojo da EC 95/16, também institui no estado um novo regime fiscal (teto dos gastos), pois propõe congelar o orçamento público por 10 anos, reduzindo drasticamente a oferta de serviços públicos à população, atingindo os servidores públicos impedindo recomposições salariais e valorização da carreira profissional. Essa iniciativa ocorre ao mesmo tempo em que mantém privilégios aos produtores de grãos, com incentivos fiscais que atualmente somam valores superiores ao orçamento destinado a qualquer uma das principais políticas públicas (saúde, segurança e educação). O aumento estimado desses incentivos para 2018 chega a 3,5 bilhões.

As metas de valorização profissional propugnadas nos Planos de Educação estão sendo desconsideradas. Enquanto na esfera orçamentária federal o PNE não entra como orientador de planejamento de gastos, na esfera estadual se vai ainda mais longe, por exemplo com o governo estadual liderando junto à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Associação Matogrossense de Municípios (AMM), nos municípios, a elaboração dos Planos de Carreira e Remuneração (PCRs), sem considerar a devida inclusão dos funcionários, que passam a ser cada vez mais terceirizados. O Estado de MT foi protagonista na ampliação no conceito de educação como direito de todos e todas, constituindo uma carreira unificada na rede estadual para os seus profissionais (professores/funcionários), influenciando muitos municípios. Porém, tais iniciativas estão sendo desconstruídas quando se separa o trabalho manual e intelectual, sem considerar que todos os profissionais são educadores no interior da escola.

Assim, com descontinuidade de políticas de ampliação de acesso, inclusão e consideração da diversidade, com redução de investimentos, ausência de diálogo e visão empresarial, o governo golpista encontra em Mato Grosso a afinidade necessária para por em prática a redução de direitos. Não há mais interesse no que é público, porque o projeto de sociedade é outro. Lutar é preciso. O Brasil e o Mato Grosso que o povo quer é aquele sem direito a menos.

Os resultados ainda estão por vir, mas um primeiro resultado é a análise apresentada no artigo em apreciação. Daqui até 2021, prazo final da pesquisa em andamento teremos um banco de dados sobre “financiamento e Democracia”, a produção de um livro de autoria coletiva, artigos em revistas científicas da área de ciências humanas e sociais e a participação em um bom número de eventos.

## REFERÊNCIAS

AMM. Secretaria de Comunicação da ALMT. **Renúncia fiscal é “engodo” em MT e cresce 130% nos últimos anos.** Disponível: <http://www.amm.org.br/Noticias/Renuncia-fiscal-e--engodo--em-mt-e-cresce-130-nos-ultimos-anos/>. Acessado em 20 de março de 2018.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. In: **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – nº 13 – junho de 2002 – Mensal – ISSN 15196189. Disponível em: <https://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>. Acessado em: 30 de março de 2017.

BRASIL **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 134(248), p. 27833-841, 23 dez, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 14/96, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato de disposições constitucionais transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 1996. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 108-135 133 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 9424/96, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

IBGE CIDADES. **Ribeirãozinho.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/ribeiraозinho/panorama> . Acessado em 20 de mar. 2018.

MATO GROSSO. **IDEB.** Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/ideb/ideb-por-municipios>. Acesso em: 24 nov. 2016

MATO GROSSO. **Lista de municípios de Mato Grosso por população.** Disponível: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_de\\_Mato\\_Grosso\\_por\\_popula](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Mato_Grosso_por_popula). Acesso em: 24 nov. 2016.

MATO GROSSO. **Mapa de Mato Grosso**. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/brasil/estados/mato-grosso>. Acesso em: 5 abr. 2016.

MATO GROSSO. **Plano Municipais de Educação**. Disponível em: [http://simec.mec.gov.br/sase/sase\\_mapas.php?uf=MT&tipoinfo=1](http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MT&tipoinfo=1) Acesso em 20 de mar. 2018.

MATO GROSSO. **Plano Municipal de Educação de Barra do Garças**. Disponível em: [file:///D:/Downloads/Lei\\_PME\\_Barra\\_do\\_Gar%C3%A7as-MT.pdf](file:///D:/Downloads/Lei_PME_Barra_do_Gar%C3%A7as-MT.pdf). Acesso em 20 de mar. 2018.

MATO GROSSO. **Plano Municipal de Educação de Campinápolis**. Disponível em: [file:///D:/Downloads/Lei\\_PME\\_Camapin%C3%A1polis-MT%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/Lei_PME_Camapin%C3%A1polis-MT%20(1).pdf). Acesso em: 24 nov. 2016.

MATO GROSSO. **Plano Municipal de Educação de Nova Nazaré**. Disponível em: [file:///D:/Downloads/Lei\\_PME\\_Nova\\_Nazar%C3%A9\\_MT.pdf](file:///D:/Downloads/Lei_PME_Nova_Nazar%C3%A9_MT.pdf). Acesso em: 24 nov. 2016.

MEC. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do PNE. Disponível em [http://pne.mec.gov.br/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acessado em 10 de outubro de 2014.

MONLEVADE, J.C. **Financiamento da educação pública no Brasil**: uma questão de partido. Brasília: Seminário da CAED, 2015.

MONLEVADE, J.C. **PRO NOTÍCIAS 136** - Boletim In-Formativo dos Funcionários da Educação Básica. Cuiabá, 19 de junho de 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 4. ed. 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura familiar 67, 68, 69

Aluno 7, 53, 61, 69, 79, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 154, 158, 159, 163, 165, 166, 217, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 257, 258, 269, 270, 272, 273, 276, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 305

Análise de conteúdo 108, 111, 216, 223, 230, 232, 235

Aprendizagem 2, 6, 13, 15, 25, 29, 30, 34, 35, 37, 61, 68, 69, 70, 80, 82, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 118, 119, 152, 159, 163, 207, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 234, 235, 237, 238, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 268, 270, 278, 279, 280, 282, 289, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305

Avaliação psicoeducacional 255, 257, 258, 259, 261, 262

### B

Bilinguismo 237, 238, 240, 241, 243

BNCC 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Brasil 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 80, 108, 109, 111, 121, 122, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 148, 152, 167, 170, 173, 207, 208, 214, 215, 228, 230, 231, 235, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 246, 255, 258, 259, 263, 264, 269, 270, 271, 273, 277, 278, 279, 281, 282, 289, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 307, 308, 310, 314

### C

Capitalismo 8, 14, 17, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 145, 146

Cidadania 18, 22, 26, 29, 70, 76, 125, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 154, 168, 170, 173, 174, 228, 233, 302, 315

Comunicação 4, 36, 53, 55, 127, 142, 152, 173, 219, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 256, 260, 261, 267, 269, 271, 286, 290, 302, 308, 309, 310, 315

Consciência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 43, 127, 128, 140, 149, 170, 208, 213, 233, 239, 309, 312

Criança 62, 63, 125, 132, 236, 239, 247, 248, 257, 261, 262, 271, 281, 310

Curso 10, 14, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 99, 100, 101, 118, 145, 148, 152, 153, 155, 196, 200, 212, 214, 217, 222, 223, 233, 245, 256, 270, 271, 274, 276, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 301

## D

Deficiência 35, 103, 116, 156, 161, 164, 228, 229, 241, 247, 255, 256, 257, 258, 259, 262, 263, 264, 288, 289

Democracia 40, 55, 78, 79, 82, 84, 97, 122, 130, 138, 146, 170

Discente 277, 293

Diversidade 24, 28, 34, 35, 36, 48, 55, 63, 82, 152, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 218, 219, 249, 297, 298, 299, 302, 305, 310

Docente 9, 11, 37, 77, 79, 96, 103, 105, 112, 114, 117, 119, 149, 160, 167, 188, 189, 191, 194, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 210, 213, 215, 276, 295, 297, 300, 302, 303, 304

## E

Educação 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 111, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 173, 174, 184, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 252, 253, 254, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 271, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 315

Educação do campo 24, 32, 35, 36, 39, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Educação inclusiva 71, 156, 158, 161, 162, 163, 167, 216, 218, 219, 220, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 243, 244

Educação profissional e tecnológica 58, 63, 65, 280

Educadores 7, 10, 11, 12, 54, 58, 93, 97, 120, 148, 152, 178, 208, 213, 214, 226, 227, 261, 263, 275, 297, 298, 300, 301, 303, 304, 306, 311

EJA 212, 283, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306

Ensino 2, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 80, 81, 82, 99, 100, 104, 105, 115, 119, 120, 125, 132, 133, 144, 149, 152, 153, 154, 156, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Ensino de química 207, 209, 214, 215

Ensino religioso 25, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Ensino superior 10, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 54, 62, 64, 105, 166, 212, 234, 283, 290, 301

Escola 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 19, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 49, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 129, 130, 132, 144, 149, 151, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 184, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 241, 242, 244, 257, 258, 267, 268, 270, 271, 276, 278, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 305, 312, 315

Escolarização 43, 47, 52, 54, 243, 244, 295, 296, 297, 299, 301, 302

Escola sem partido 1, 2, 7, 10, 11, 12, 13, 294

Estudante 2, 22, 33, 154, 169, 170, 265, 274, 275, 276

## F

Família 81, 105, 120, 125, 134, 151, 160, 223, 246, 247, 250, 252, 253, 254, 259, 260, 285, 289

Financiamento 8, 18, 19, 21, 22, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 50, 52, 55, 56, 141, 304

Formação 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 20, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 48, 49, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 103, 106, 109, 112, 119, 120, 125, 128, 134, 137, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 161, 169, 170, 172, 208, 213, 214, 217, 218, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 232, 233, 234, 237, 239, 244, 254, 262, 264, 269, 270, 275, 277, 280, 281, 285, 294, 295, 297, 298, 300, 301, 303, 304, 306, 313, 314

## G

Gestão 37, 45, 48, 49, 52, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 113, 119, 154, 221, 224, 284, 315

## I

Ideologia 6, 7, 13, 14, 15, 18, 27, 65, 74, 84, 125, 129, 131, 137, 149, 281

Idoso 174, 259

Inclusão 33, 35, 48, 54, 55, 122, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 253, 259, 263, 269, 277, 302

Intervenção 8, 29, 42, 138, 139, 140, 150, 174, 250, 251, 252, 257, 258, 260, 307, 310, 311, 312, 313

## **L**

Libras 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 251, 252, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 278

Liderança 85, 97, 223

Língua 25, 32, 127, 142, 165, 222, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 251, 252, 254, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278

## **M**

Mercantilização 13, 16, 17, 18, 22, 34

## **N**

Necessidades educativas especiais 216, 218, 219, 227

## **O**

Orientação educacional 286, 289, 290, 294

## **P**

Paulo Freire 122, 123, 133, 136, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 287, 297, 299, 304, 306

PEC 55 16, 17, 19, 20, 22, 38

Políticas públicas 13, 14, 26, 28, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 54, 97, 120, 143, 156, 158, 191, 277, 304, 305, 308, 310, 315

Práticas educativas 48, 120, 216, 219, 223, 225, 241

Professor 1, 10, 11, 14, 21, 26, 29, 31, 32, 33, 37, 38, 45, 52, 67, 81, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 153, 166, 168, 169, 171, 172, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 244, 254, 267, 276, 280, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 315

Projeto pedagógico 69, 113, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 286

Psicologia 1, 2, 5, 6, 12, 13, 14, 15, 223, 244, 253, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 290, 294, 308

## **R**

Reações químicas 207, 209, 210, 211

Relação pedagógica 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Religião 116, 130, 170

## **S**

Supervisor 99, 100, 101, 102, 106

Surdo 230, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 284

## V

Violência 82, 83, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 129, 139, 157, 158, 163, 174, 293, 309, 310

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

## 2

  
Ano 2021

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

## 2

  
Ano 2021